

O COTIDIANO NOS CAMPOS DE VACARIA (MATO GROSSO-SÉCULO XIX).

*Maria Teresa Garritano Dourado

No espaço correspondente ao atual estado de Mato Grosso do Sul na primeira metade do século XIX havia escassa concentração populacional, mas a partir da década de 1830 essa região foi palco de um processo de expansão interna, com expropriação de terras indígenas e disputa de pioneiros por glebas imensas sem limites definidos. É possível identificar a existência de moradores nos arredores de fazendas e povoados como Miranda e Nioaque, próximos da região conhecida como Campos da Vacaria ou Campos de Erê (no vocabulário de língua kaingang significa "campo ou campina, também uma área de savana, paisagem aberta com relevo bem suave) e com as quais mantinham estreita relação. Inicialmente destacamentos de caráter militar, tinham a função de garantir a posse da região fronteira, cobiçada pelos castelhanos, assegurar a livre navegação dos rios com frequentes assaltos dos primitivos habitantes e também incentivar o surgimento de núcleos de povoações na região.

O processo de povoamento do interior do sul de Mato Grosso (uno) por paulistas oriundos de Franca e mineiros do Triangulo Mineiro, entre outras correntes, foi iniciado através de uma onda migratória que efetivamente penetraram e se fixaram nos sertões em busca de terras. Essa região era no século XIX um ponto referencial de passagem entre as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, razão pela qual se tornou conhecida e também objeto de interesse dos colonizadores expansionistas. Seguindo as rotas descritas pelos primeiros desbravadores e as trilhas dos índios, esperavam conquistar terras novas com pastagens ricas e verdejantes, amplas e vastas, formando fazendas de gado. Segundo Nelson Werneck Sodré o regime pastoril, naquele momento foi o grande fator de civilização, de desbravamento, de expansão geográfica e de posse efetiva dessas terras (SODRÉ, 2009:59). A marcha para o oeste se apresentava como uma luta a ser vencida a cada dia por aqueles que assumiram conquistar novas áreas enfrentando as agruras do sertão inóspito e distante, com fronteira internacional em litígio e indefinição de limites territoriais. Eram homens e mulheres com conhecimento de técnicas de sobrevivência em terra hostil e dotados de bravura

*Dr^a Maria Teresa Garritano Dourado. Bolsista DCR/FUNDECT/SEPROTUR/CNPQ/UFGD (Universidade Federal da Grande Dourado/MS).

suficientes para enfrentar uma situação pioneira e perigos sem fim: tocando rebanhos, trazendo famílias, agregados e escravos, instrumentos de trabalhos e objetos que possuíam em suas regiões de origem que poderiam ser úteis e vitais para a sobrevivência, caravanas de pioneiros luso-brasileira atravessaram rios, penetrando no sertão pouco conhecido e enfrentando perigos inseparáveis do dia a dia. A luta constante contra o elemento indígena, as privações, as incursões dos vizinhos paraguaios, animais bravios e a grande distância das regiões povoadas foram fundamentais para que se desenvolvesse uma economia agrária e pastoril voltada para a subsistência e expansão interna, pois obstáculos quase intransponíveis dificultavam naquele início de povoamento a economia voltada para exportação.

O estudo desses *primeiros habitantes civilizados* é fundamental para a compreensão do processo histórico de formação da sociedade do sul de Mato Grosso, bem como de vários aspectos da história do Brasil. É também o estudo de como a ação de homens e mulheres em busca de soluções para seus problemas de sobrevivência forjaram a história dos Campos da Vacaria, região recortada na pesquisa e em linhas gerais área formada pelas bacias dos rios Brilhante e Vacaria e zona que no século XIX compreendia, também, toda a região do planalto fronteiriço com limites imprecisos. Durante muitos anos foi palco de divergências com acirrados debates e conflitos entre Brasil e Paraguai que resultaram em sérios desentendimentos internacionais.

As fontes principais utilizadas são os relatos encontrados no Memorial do Tribunal de Justiça em Campo Grande (MS), que revelam material privilegiado na tarefa de fazer vir a tona uma parte importante do cotidiano dos *afazendados*. Os inventários *post-mortem* são testemunhos da cultura material, dos costumes, crenças e valores da sociedade. Dispõem, entre outros elementos, dados sobre o estrato social, produtos vendidos no comércio das vilas, hábitos e costumes, mezinhas (remédio ou práticas de curandeiros), justiça e defesa, alimentos, transporte, vestuário, festas, religião, o nome das fazendas, relação de valor e quantidade do gado, instrumentos de trabalho e produção, ocupação paraguaia de 1865, etc. Trata-se de um universo pouco conhecido, emergido dos fragmentos extraídos da documentação examinada, que muitas vezes estão deterioradas e ilegíveis. A produção de escritos estão organizadas em dezenas de caixas, que contém Documentos Históricos, como processos de Inventários e Partilhas (civis e criminais) relacionados principalmente no que diz respeito as Comarcas de Nioaque e Miranda, entre os anos de 1873 a 1899, e concentrados em

famílias pioneiras da região recortada. É preciso ressaltar que documentos cartorários e particulares foram destruídos em 1865 durante a ocupação paraguaia, que arrasaram as vilas de Miranda e Nioaque, ficando uma grave lacuna na história de Mato Grosso do Sul. Outro problema a ser enfrentado durante a pesquisa foi a identificação dos membros das famílias, já que com os inúmeros casamentos os sobrenomes foram se diversificando sendo preciso recorrer a um estudo aprofundado da genealogia. Os documentos em foco estão em 19 caixas e 317 pastas e a referência a eles se dará conforme a numeração da Coordenadoria do Memorial do Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Material denso, a maioria contendo mais de cem páginas, requer uma leitura paciente e uma análise criteriosa, sendo considerado um fascinante convite a pesquisa histórica. Alguns deles informam, entre outros, os conflitos que se estenderam desde a instalação dos primeiros núcleos povoadores até que o elemento indígena fosse *catequizado* e parcialmente exterminado. Contudo, a atuação deles tentando esboçar alguma reação restringiram-se a ataques esporádicos as famílias brancas o que não impediu, limitou ou retardou o acesso a certas áreas. Todavia, apesar das enormes dificuldades, as famílias frequentemente se entrelaçavam com outros troncos e lentamente foram ocupando e se espalhando, apesar da imensidão territorial dessa região. Outra fonte valiosa e importante é a *descrição e avaliação dos bens* de Antonio Gonçalves Barbosa, representante do clã dos Barbosa e um dos pioneiros na ocupação do território.

A época da chegada de desbravadores no espaço geográfico pesquisado, habitavam diversos povos nativos de nações diferentes, e estiveram presentes em muitas situações, ora como inimigos, atacando, matando as famílias brancas invasoras de seus domínios, queimando, destruindo casas e plantações, havendo casos, inclusive, de seqüestros de crianças. Uma dessas tribos, os caiapós, dominaram nos séculos XVII e XVIII toda a área correspondente ao atual estado de Mato Grosso do Sul. Mas, no início do século XIX os remanescentes da tribo, ainda causavam destruição, apesar da maioria deles estavam aldeados, dispersos ou aculturados. A história da instalação das primeiras fazendas, fortes, presídios, vilas, etc., no planalto sul de Mato Grosso, é também a história da luta e resistência indígena pela manutenção de seus sistemas de vida e sua sobrevivência. Apesar de conviverem de modo conflituoso a conquista de grupos indígenas foi fundamental devido ao desconhecimento quase total do meio ambiente que asseguraria a sobrevivência nos primeiros

tempos da chegada dos pioneiros. De fato, a maioria das fontes analisadas indicam que, como muitas vezes os caminhos eram desconhecidos, os *entrantes* se utilizavam com frequência do conhecimento indígena que serviam como guias, transmitindo também práticas de cura, como amenizar a sede, a fome, o cansaço, atuando em sua defesa contra grupos de índios mais belicosos e executando pequenas tarefas aos *pioneiros* que ali se instalavam.

No século XX inúmeros escritos foram produzidos por membros de famílias de *entrantes oitocentistas*, com destaque para os descendentes dos Barbosa e dos Garcia Leal, em cujos relatos imprimiam lembranças, reminiscências, genealogias e biografias. Um dos memorialistas aqui analisados, Emilio Garcia Barbosa relata algumas passagens, entre outras, que ilustram bem a relação brancos versus indígenas (BARBOSA, 1961:15).

Os índios os tocaiavam, não podiam se distanciar, viviam em alerta, mas sobreviveram até a chegada de outra caravana, a dos irmãos, em 1842. ...criando com dificuldades um gadinho, donde tirava o boi de sela e o leite ou a carne e sujeito à sociedade que os silvícolas impunham. Com a chegada dos irmãos que trouxeram cavalos, foi possível a expansão, e tomada de posse definitiva de toda a região e tornaram-se senhores, arredando o índio, ou com ele se cruzando e domesticando-o.

O memorialista acima citado relata também o massacre da família de João Gonçalves Brunzuik Barbosa, da fazenda Monjolinho, pelos *caduvéos* que cercaram a casa, atacaram e mataram seus moradores, poupando apenas uma criança de três anos, o Miguel, que se tornou uma espécie de talismã na tribo para onde foi levado prisioneiro, devido talvez a seus olhos azuis e cabelos loiros. Foi encontrado já com 9 anos, em Nioaque, por uma prima, Balduina Barbosa, que o reconheceu pelos traços e cor, o resgatou e o criou (BARBOSA, 1961:17).

Um dos problemas mais sérios enfrentados pelos *entrantes* durante a viagem foi o abastecimento de alimentos e água, pois, a expedição partia com provisões suficientes apenas para chegar a próxima vila ou *ponto de parada e encontro* já que não tinham condições de levar todo o necessário para o trajeto que muitas vezes duravam meses e anos. Em sua grande maioria os alimentos eram perecíveis, sendo o grosso das provisões era obtidas durante a jornada e constituía-se basicamente de caça, pesca, coleta de frutos e mel. O Rio Tietê, conhecido como *estrada móvel* era o mais utilizado pela penetração bandeirante nos séculos anteriores, o mais conhecido e único acessível para os que quisessem penetrar nos sertões. Seguiam por ele até encontrar o caudaloso Rio Paraná, continuavam até atingir o Porto de

Guaira e seguiam até alcançar os Rios Igaray (conhecido hoje como Ivinhema), Brilhante e Vacaria. O itinerário percorrido, tão longo e penoso, por caminhos de terras e de rios, prevalecia a marcha a pé, seguindo muitas vezes as trilhas que já eram utilizadas pelos índios, carroções puxados por bois e carregados de mantimentos, gado de criar, animais domésticos, eqüinos, canoas e batelões (embarcação indígena feita com um único tronco).

As providências imediatas ao se fixarem era escolher uma área que servisse para a instalação da casa de morada, na maioria das vezes com materiais disponíveis na própria região, eram simples ranchos de taipa cobertos de palha que serviam de abrigo até que as madeiras fossem derrubadas, serradas e depois virassem esteios e paredes de uma casa, localizada sempre perto de regatos de água, fundamental para hortas, pomares, lavouras de subsistências, para os bebedouros dos currais e para assentar o moinho e o monjolo (engenho tosco, movido a água, usado para pilar milho e, primitivamente para descascar café). Cultivavam produtos como abóbora, cana para a produção de aguardente e rapadura, feijão, mandioca (para fazer farinha), milho, e também criavam galinhas e porcos. Estes produtos eram usados para consumo próprio nas unidades produtivas e para venda aos viajantes.

O estudo intensivo do material documental através de leituras meticolosas dos processos permite ao historiador descobrir pequenas indicações e detalhes que contribuem para lançar luz sobre o modo de vida dos primeiros tempos. No que se refere ao universo material dos proprietários pastoris do sul do antigo Mato Grosso, percebe-se a miserabilidade das moradias, com situações de penúria e obrigados a uma vida de dureza e rusticidade enfrentando sérias dificuldades, na segunda metade do século XIX. Embora se referindo a região de Santana do Parnaíba, Nelson Werneck Sodré fez considerações apreciáveis ponderando que depois de assenhorearem-se de terras santanenses, os novos ocupantes buscavam providências de cultivo e construção de moradas. Mas, eram homens que, apesar de serem identificados como "donos de latifúndios extensos, viviam num padrão de existência paupérrimo, ligado indefectivelmente ao regime pastoril" (SODRÉ, 2009:87). Para sustentar suas afirmações, Sodré cita o exemplo de Inácio Gonçalves Barbosa que, ao se deslocar de Franca, em São Paulo, para as terras do sul de Mato Grosso, a convite de seu irmão Antonio, trouxe consigo várias posses e, ao chegar no referido espaço adquiriu do próprio irmão a posse dos campos rurais da fazenda Passatempo, onde se estabeleceu por muitos anos, "até deslocar-se para a do Urumbeva, pela módica quantia de cem mil réis mais um cavalo

ariado”. Nessa mesma esteira Nelson Werneck Sodré pondera serem os objetos e utensílios, mais caros que casa e terra. Tudo que se movia, valia mais que a terra pois esta era fácil obtê-la (SODRÉ, 2009:91). Em muitos inventários analisados as afirmações de Sodré são confirmadas, como, por exemplo, na relação de bens do inventário de José Francisco Lopes movido por sua esposa Senhorinha Maria da Conceição Barbosa (presa duas vezes pelos paraguaios), percebemos a extrema pobreza em que viviam "um carro velho...um cavalo pintado velho" (MTJ/MS 156/04). Além da pobreza, há outros aspectos tratados por Sodré, que merece alguns esclarecimentos, que é o nomadismo. Segundo ele os *afazendados* tinham essa característica, como mostra a citação acima, mas é permitido concluir através da leitura dos inventários que o nomadismo não era generalizado, o interesse maior era a criação de gado e plantações, o que dificultava crer que essas pessoas não poderiam passar muito tempo longe de seus pomares e roças.

O historiador Giovanni Levi, contribui de modo original para outras formas de fazer história e através de seus ensinamentos percebemos as estratégias para tecer a micro história (LEVI, 2000: 89-90). Continuando Levi coloca que é importante ressaltar que focar o estudo numa determinada região não significa que seus resultados sejam restritos a área pesquisada. Esta é uma das vantagens da micro história (LEVI, 2000: 141).

Os fenômenos previamente considerados como bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos quando se altera escala de observação. É então possível utilizar esses resultados para extrair uma generalização mais ampla, embora as observações iniciais tenham sido feitas, dentro de dimensões relativamente estreitas e mais como experimentos que como exemplos.

A localidade deve ser enfocada, mas as articulações com espacialidades históricas em escala nacional ou até internacional não podem ser esquecidas. Uma das vantagens da história local é segundo Goubert, permitir contestar algumas idéias gerais que, na falta de investigação mais precisas foram se perpetuando (GOUBERT, 1992:49).

A ausência de artigos de luxo nos inventários demonstram uma vida simples, sem conforto, grande parte dos documentos não traziam arrolados objetos preciosos, poucos como o de Eulália de Arruda Pinto, inventariada por seu esposo Bento de Arruda Pinto, do ano de 1878, descrevia jóias como relicário, anéis, alfinetes, cruz, etc. (MATJ/MS). Também na relação de bens deixados por Emiliano Gil, tenente do exército, falecido em Miranda no ano

de 1898, constavam dois baús com um número significativo de roupas, algumas de luxo e que demonstravam um certo refinamento e cultura "chambre, bomba pra mate de prata, 13 livros diversos..." entre outros, (MATJ/MS). Observa-se também que na ausência de prédios públicos, grande parte dos processos se davam nas casas das autoridades, como no caso de alguns juízes que eram os próprios membros da elite local. No inventário de Jose Francisco Lopes, na vila de Corumbá, província de Mato Grosso, no ano de 1872, "...na casa de residência do Meritíssimo Juiz de Orphãos e Ausentes Barão de Villa Maria..." (MATJ/MS).

Apesar das dificuldades enfrentadas nos primeiros tempos uma parcela significativa das famílias possuíam escravos (muitos trazidos das vilas de origens), agregados como camaradas e trabalhadores livres. Mas dos estratos menos favorecidos da população restaram poucas informações, muitos aparecem apenas com um apelido, não sendo possível penetrar no mundo dos sem nome e anônimos, apesar de sabermos que eles participaram no processo de formação do Estado Brasileiro em Mato Grosso. Nesse sentido, torna-se obrigatória a consulta da obra do *Sertanejo*, apelido de Joaquim Francisco Lopez, que fazia parte de um reduzido grupo de homens itinerantes que vagaram pelas terras do planalto sul de Mato Grosso, abrindo e fundando posses para si, para os seus e a serviço de outros, rasgando estradas carreteiras pelos cerrados e campos e inaugurando várias rotas terrestre e de navegação. Sua obra conhecida como *Derrotas* foi registrada em relatórios, uma espécie de diário de viagem com riquezas de detalhes, numa linguagem carregada de conotações regionalistas com muitas expressões de origem indígena, negra e espanhola. Mas essas anotações são relevantes para a pesquisa, pois através das referências das pessoas que compunham esse universo agrário foi possível garimpar e mapear fontes para montar a estrutura econômica e social sendo possível perceber uma forte inter-relação entre eles. Por exemplo, as primeiras informações sobre roças plantadas na região datam de 1831 ano em que, segundo consta, os Lopes, Garcias e Barbosas: "No ano de 31, eu, meu mano Gabriel e meu escravo Lourenço...Fiz roças às margens do rio Paraná, retirado três quartos de léguas e plantamos..." (LOPES, 1943). Analisando essa citação é possível afirmar que plantar roças de apoio às entradas era condição fundamental para a ocupação do interior do oeste brasileiro e onde não há referências ao sistema agrário ali em uso. Nos relatos de Joaquim Francisco Lopes do ano de 1848, há inúmeras referências sobre o confronto e mortes pelos índios (LOPES, 1943):

No dia 20 subimos pelo Vacaria, e estando a almoçar, percebemos à esquerda uns corvos que esvoaçavam. Curioso de ver o que era, para ali me dirigi, e um espetáculo de tremenda angústia se me antolhou; os cadáveres de meus companheiros Francisco Gonçalves Barbosa, Paulo Rodrigues Soares e José Maria de Miranda aí estavam mutilados e já em estado de putrefação. ...tudo o mais tinha sido roubado pelos três índios autores desse cruel assassinato.

Escrever sobre o cotidiano das pessoas que percorreram os sertões de Mato Grosso, por longos dias e se fixaram na região do vale dos Rios Vacaria e Ivinhema permite compreender a relação entre indivíduo e sociedade e entre pessoas de diferentes classes sociais; o que, aliás, se constituiu em uma das questões centrais deste estudo, pois, como mostra Michel de Certeau em sua obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, é no interior do cotidiano e da vida privada que inventa-se o cotidiano graças às artes de fazer. Ou seja, é no momento em que o indivíduo se apropria do espaço, criando e invertendo objetos e códigos, adaptando-os ao seu jeito, e fazendo uso deles à sua maneira, que ele cria um lugar próprio, um cotidiano específico (CERTEAU, 1994:10). Conforme Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*, o conceito do cotidiano implica contradição com a idéia, que para muitos, significa uma idéia de rotina, de lazer, de fatos encadeados num plano de continuidade, campo de necessidade e repetição. Para a autora o conceito sugere, antes, mudança, rupturas, dissolução de culturas, possibilidades de novos modos de ser (DIAS, 1998:58).

A partir da análise de aspectos da vida familiar, não só da família nuclear (marido, mulher e filhos), mas também da família extensa envolvendo sogros, cunhadas, irmãs, primos e amigos é possível entender e resgatar as práticas sociais de uma região, tais como relações de um emaranhado de pessoas, casamentos entre parentes, mortes, nascimentos, doenças, festas, religião, amizade, atividades políticas, militares e econômicas (lavradores livres e pobres, camaradas e escravos). A vida econômica dos Campos de Vacaria nos primeiros tempos, com um sistema de comunicações extremamente precário, onde havia poucos braços para produzir, impossibilitando uma agricultura intensiva e não existindo, por conseguinte, matéria exportável, se reduzia na produção para a subsistência e pecuária bovina. Ela foi a atividade econômica propulsora da ocupação do planalto e em pouco tempo foi capaz de proporcionar transformações por todo o sul da província e foi fruto da expansão da pecuária

mineira e paulista pelo interior do Brasil. A maioria das propriedades rurais, dispunham segundo se lê nos inventários, terras bastante extensas, mas não se conhecia a grande lavoura.

Preferencialmente enfocados pela historiografia, e que deixaram registros ao se fixarem, dando origem a futuros povoados e, mais tarde, a sedes municipais, estão alguns grupos familiares que formaram os primeiros grandes clãs através de laços de parentesco, compadrio e troca de favores, como os Barbosa, Souza, Garcia Leal, Lopez e Pereira, entre muitos outros. Muitos permanecem na tradição oral e na documentação escassa, mas é possível dar voz a dois grupos que serão melhores analisados: o primeiro deles, o dos Gonçalves Barbosa, encontrados *em cima e debaixo da serra* representados pelos irmãos Antonio e Ignácio, procedentes de Franca, estado de São Paulo, embora oriundos de Sabará, Minas Gerais. Os Barbosa de *cima da serra* eram os que se haviam *afazendados* nas terras altas do Amambaí, região de chapadões e recortada por algumas serras, os Barbosa de *baixo da serra* eram os que haviam atravessado a linha de alturas da serra do Amambai e se tinham fixado na região baixa dos tributários do Paraguai. Antonio *o Inspetor do Distrito da Vacaria em 1850*, junto com toda a família, escravos, criações e bens móveis, chegou a região do rio Pardo em 1835, dando o nome de Sucuriú a sua primeira posse. Dali seguiu, a convite de seu genro Gabriel Francisco Lopez, e se estabeleceu nos Campos da Vacaria, onde fundou a partir de 1836, as posses Boa Vista, Santa Rita e Caçada Grande. Com a chegada dos outros irmãos e suas famílias, em 1842, se intensifica o processo de desbravamento da zona da Vacaria e de vários pontos da Serra de Maracajú e Planalto de Amambaí. Com prole numerosa, os Barbosas povoaram o sul de toda província, unindo-se com outros pioneiros, como os Lopes, através do casamento de Gabriel Francisco Lopes e Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, entre outros. Ao consultar o inventário de Antonio Gonçalves Barbosa, verifica-se o desenvolvimento da agricultura de subsistência e tudo indica que a medida que as famílias iam se demorando numa dada região a tendência era aumentar suas plantações (BARBOSA, 1854):

Um sitio no logar denominado fazenda da Boa Vista com casa de morada coberta de capim, curral, engenho em bom estado, casa de alambique, monjolo com rego d'agua, quintal grande com plantações, setenta e seis pés de laranjeiras, vinte de limeiras, oitenta de café, cincoenta de jaboticaba e um canavial de meia quarta de planta.

Na relação dos bens de raiz e dos bens móveis ali arrolados pode-se apontar: os instrumentos de trabalho em uso da época na lavoura eram foice, machado, enxada, cavadeira, etc. Parte dos produtos cultivados, café, cana, laranja, jabuticaba, etc. os meios de transporte carros e carretões de boi, paiol de armazenamento, engenho, alambique, monjolos e moinhos. As culturas eram plantadas em áreas distintas e como componentes da força de trabalho foram arroladas sete escravos adultos e oito crianças que indicavam a presença de famílias constituídas. Pelos inventários, observamos que em Mato Grosso de meados do século XIX ainda era pouco comum os registros de extensões territoriais, no entanto, a maioria dos inventários *post-mortem* envolvendo os Campos de Vacaria possui a quantificação do gado. Entre os bens arrolados, o gado *vacum* e cavalari predominam em quase todos os inventários.

Os aportes teóricos de Giovanni Levi (2000) na obra *Herança Imaterial*, é apontado por Manoela Pedroza que recupera conceitos importantes como *redes de parentela*, onde as estratégias familiares como solidariedade e cooperação eram frequentes e fundamentais para a sobrevivência de um determinado grupo, criando vínculos entre as famílias através de tutoria, batismo, casamento, trocas comerciais, entre outros (PEDROZA, 2011:65). Exemplo disso pode ser encontrado num processo de inventário e partilha que contém 61 páginas, no Arquivo do Tribunal de Justiça onde Barnabé Gonçalves Barbosa Marques, fazendeiro e morador na região da *Vacaria*, 2º Distrito do Município de Miranda, na província de Mato Grosso recorre a justiça alegando que, seu irmão, José Gonçalves Barbosa Marques, faleceu em 24 de maio de 1886, na sua residência, na *Fazenda do Passa-tempo* e que sua mulher Magdalena Candida de Oliveira Marques, também faleceu, *um ano mais ou menos depois*, deixando bens e prole numerosa. Diz, Barnabé, que ficando de posse dos bens do casal se apresentou como inventariante ao Juiz Municipal de Orphãos, em 13 de junho de 1887, querendo que se proceda o inventário para dar em partilha a cada um dos órfãos: Osório (12 anos, filho de Magdalena), Olívio (8 anos), Eulália (6 anos), Honobre (4 anos), Collecta (2 anos), Olimpio (1 ano e meio). Como curador foi nomeado Joaquim José Barbosa e como tutor outro parente do falecido Marcos Gonçalves Barbosa Marques. Tudo leva a crer que, rapidamente concluído em 01 de dezembro de 1887 indicando que devido a presença de 6 menores foi necessário agilizar o processo (MATJ/MS).

O segundo grupo analisado, os Lopes, procedia, segundo Mario Monteiro de Almeida, de Piunhi, em Minas Gerais. Por volta de 1820, o chefe do clã, Antonio Francisco Lopes,

transferiu-se para a vila paulista de Franca, onde alguns de seus filhos, constituíram suas próprias famílias. As informações sobre os Lopes são escassas, sendo registradas pela historiografia apenas Joaquim Francisco Lopes, o *Sertanejo*, Gabriel Francisco Lopes, desbravador dos sertões, que constituía posses para negócios e Jose Francisco Lopes, o *Guia Lopes* vaqueano das tropas brasileiras na *Retirada da Laguna*, episódio da Guerra do Paraguai. Entre os *pioneiros* dos Campos de Vacaria, nas cercanias do município de Rio Brillhante (mais ao sul do estado de Mato Grosso do Sul) destacou-se o sertanista e capitão Joaquim Francisco Lopes que se instalou na região ente o final de 1833 e início de 1834, abaixo do Rio Quitéria, abrindo a fazenda Monte Alegre. Nas suas *Derrotas* encontramos profusas informações sobre as formas de tratamento de saúde e de alimentação daquela época, como por exemplo, "... crescia a criança quatro meses a mingau de raspa de mandioca, farinha de milho e mel " "...em fins do dito outubro fiz um banguê para a doente..." (LOPES, 1943). Para enfrentar pestes e doenças eram utilizados elementos da flora e da fauna, alguns produtos químicos, benzedeadas e muita superstição. Muito usada eram as craíbas, planta medicinal utilizada para diversas finalidades, conhecida como *paratudo e ipê amarelo*. Usa-se o infuso ou xarope da entrecasca do caule no tratamento das gripes, resfriados, bronquite, tosse e no tratamento das inflamações gerais. De fato, a medicina praticada pelos brancos, índios e negros da região estudada era uma mistura de credices, orações católicas e hábitos de cura. As doenças eram muitas como "...maleita, ferida braba e amarelão, usando um velho chernovíz," como relata o memorialista Emilio G. Barbosa (BARBOSA, 1963:87).

Lendo os relatos de Joaquim Francisco Lopes sobre suas entradas pelo sertão que abrangia o sul de Mato Grosso, entre 1829 e 1839, não se identifica nenhum divertimento na áspera relação com a natureza, pelo contrário, as descrições são de um cotidiano difícil, com perigos, lutas diárias e doenças, e quando conseguiam alimentos através da caça e da pesca era uma alegria digna de relatos, mas muito afastado de qualquer ideal recreativo. Mas, a medida que as famílias foram se fixando e se formando com casamentos entre os diversos troncos pioneiros, as festas foram se organizando e acontecendo em uma determinada fazenda com um grande número de convidados e que duravam dias e dias. O historiador e cientista político Boris Fausto coloca que: FAUSTO (1984: 47)

a grande cidade tenderia a favorecer o contato entre estranhos em várias situações, como os encontros solitários ou as festas públicas, onde, segundo a descrição dos

contemporâneos, a ordem moral entrava em colapso. Em contraste, a pequena comunidade podia controlar com maior rigor os passos de seus membros mais jovens, seja como lazer coletivo, seja através de namoros oficiais previamente arranjados pelas famílias"

Mas, em alguns processos analisados encontro informações contrárias as descritas pelo historiador, assim, por meio dos processos de inventários *numa pequena comunidade*, percebemos que o concubinato, tão condenado pela Igreja, aparece como corriqueiro, e era praticado tanto por pessoas da elites quanto pela população pobre. No século XIX a imagem das mulheres não era de submissão, docilidade e incapacidade como a maior parte da historiografia oficial relata, em muitos casos contrariava as convenções sociais e morais. Elas questionavam valores tradicionais que determinavam suas posições sociais dentro da família, no casamento, nas uniões informais e nas relações sexuais. É importante destacar o processo 164/15 do ano de 1904, data muito próxima ao recorte pretendido, mas mesmo assim bastante valioso, em que Leonora Pedrosa Lopez entra com um pedido de *divorcio litigioso*, não sendo possível porém uma análise criteriosa desse processo devido a falta de algumas páginas.

Outro processo muito interessante foi um testamento onde o autor declara veementemente sua fé na religião católica e apesar disso viveu em concubinato durante muitos anos (MATJ/MS):

Em nome de Deus Amem. Eu Joaquim Jose Barboza de Macedo, como cristão católico apostólico romano em cuja religião nasci, fui criado e educado na qual tenho me conservado e espero morrer, tendo deliberado, a fazer meu testamento, disposição de última vontade, o faço de maneira e forma seguinte...Declaro que tenho um filho de nome Joaquim Jose Barboza Filho, que tive em tempo de solteiro, com a viúva Bernardina Pires Barboza, com quem hoje me acho casado, porém com ela vivi junto antes de me casar muitos anos...

Em outro documento, uma escritura de legitimação, com testemunhas, do ano de 1878, Benedito Dias da Cruz Cordeiro afirma ter direito a herança de seu pai, Francisco Dias da Cruz Cordeiro, já que foi reconhecido por ele como filho e tendo por mãe a índia quinquinao Maximiana, naquela época solteira e portanto uma situação amorosa que contrariava as regras de comportamento da época (MATJ/MS).

Nos processos analisados, inventários e partilhas, bem como nos relatos memorialistas há elementos suficientes que permitem compreender como a Guerra contra o Paraguai (1864-

1870) influenciou desarticulando totalmente o cotidiano dos habitantes do sul de Mato Grosso. Não havia elementos de defesa para enfrentar um contingente tão grande de invasores preparados e armados, que efetuaram um ataque surpresa, avançando em diversas frentes com pequenos pelotões, deixaram um rastro arrasador de destruição e sangue por onde passaram. Sem nenhuma autoridade militar que os defendessem, morando em um sertão desguarnecido, só restaram aos moradores dessa região a fuga precipitada para o norte, ainda não alcançada pelo conflito, deixando para trás todos pertences incluindo gado e lavoura que foram sistematicamente saqueadas e destruídas pelos paraguaios. As fazendas foram assaltadas, as casas queimadas, aprisionadas as famílias e remarcado o gado que era levado para suprir as tropas invasoras. Essa ofensiva planejada contava com o elemento surpresa e permitiram aos paraguaios tomar todos os pontos importantes daquela região fronteiriça. Como conseqüência o sul ficou devastado, com um grande vazio populacional, com os destacamentos militares de Miranda e Nioaque queimados e arrasados, sua frágil economia desarticulada, essencialmente apoiada em uma agricultura rudimentar, pequeno extrativismo e com uma pecuária em estado inicial. A desestruturação da região, em vários aspectos, continuou em muitos anos mesmo depois de concluída a luta, mas dois novos grupos influíram de modo fundamental para a fixação na região devastada: a dos brasileiros desmobilizados e a dos paraguaios guaranis também desmobilizados. Tudo leva a crer que os nomes de militares que aparecem frequentemente na documentação analisada são de ex combatentes que se fixaram na região, como, por exemplo, entre outros, o Capitão Feliciano Ramos Nazareth (MATJ/MS).

Em 28 de junho de 1898, na vila de Miranda, Francisco Ferreira Ribeiro, filho de João Ferreira Ribeiro e Anna Zeferina de Souza e combatente na Guerra do Paraguai entrou com um pedido na justiça requerendo como herdeiro na herança de seus pais já falecidos, *uma parte* da Fazenda Santa Gertrudes. Em geral, é impossível pelos processos mapear o tamanho das propriedades, sempre constando termos genéricos como *uma parte da fazenda*. No inventário feito em 1874, constou que "ausente desde 1866, época da invasão paraguaia, desapareceu sem nunca mais do mesmo haver notícia e sem se saber que é morto" sendo considerado desaparecido devido a sua prolongada ausência. Os tramites na justiça perduraram até 1914, ou seja, atravessaram o século constando a documentação em duas vilas Miranda e Nioaque. Não foi possível conhecer a conclusão desse processo devido a ausência das folhas finais. (MATJ/MS).

Terminada a Guerra do Paraguai, as famílias lentamente puderam retornar para suas posses e retomar o árduo trabalho, mas sem nenhuma ajuda governamental, somente as famílias se apoiando, novamente se fixaram e plantaram, a alimentação se tornou farta e as fontes são prodigiosas nos relatos: "feijão com couve e torresmo, angú com carne de vaca e arroz, churrasco com mandioca, ovos estralados..."(BARBOSA, 1963:119). "Logo depois da paz com o Paraguai saíram os Barbosas do esconderijo e voltaram a seus lares que encontraram queimados, ocupados pelos Caiuás, ou invadidos pelas formigas e pelo mato (BARBOSA,1963:07). A análise desse material permitiu descobrir através de um novo olhar, aprofundar questões como a história social agrária retomado estudos realizados pela historiografia regional e entrever agentes anônimos, ou não, práticas costumeiras. Oferece, enfim, visibilidade aos indivíduos não privilegiados no discurso historiográfico tradicional, como nativos, mulheres e crianças escravizadas ou não, pobres livres, especialmente camaradas, guias e roceiros.

BIBLIOGRAFIA

A bandeira de Joaquim Francisco Lopes - 1829. In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. III. São Paulo, Tip. Do Globo, 1943. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub00038a.pdf>. Acesso em 14 de março de 2015.

ALMEIDA, Mário Monteiro de. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.

BARBOSA, Emilio Gonçalves. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. Campo Grande (MS): Editôra Empresa Correio do Estado Ltda, 1963.

BARBOSA, Emilio Gonçalves. *Os Barbosas em Mato Grosso*. Campo Grande (MS): Editôra Empresa Correio do Estado Ltda, 1961.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Trad. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. Proj. História, São Paulo (17) nov.1998.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GARCIA, Elio Barbosa. *Desbravadores de Sertões: Saga e Genealogia dos Garcia Leal*, Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2009.

GOUBERT, Pierre. *História Local*. História & Perspectivas. Uberlândia: 6:45/58, jan/jun, 1992.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*; Trad. Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Memorial do Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos, Processos Cíveis e Criminais/Miranda e Nioaque (1873-1899). Caixas 01 a 19.

PEDROSA, Lédir Marques. *Origem Histórica e Bravura dos Barbosas*. Campo Grande, 1986 2ª edição.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedades na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

Termo de descrição e avaliação dos Bens que ficaram por falecimento de Antonio Gonçalves Barboza, em Miranda (1854), APMAT.